

O CAFÉ E O CÂMBIO LIVRE

Os cafeicultores de São Paulo iniciaram ha pouco um movimento que vem prendendo a atenção de todos os círculos economicos do país . Reclamam o direito de exportar o café pelo mercado livre de cambio. Alegam que estão sendo espoliados porque exportam o produto na base do cambio oficial e tudo o que compram, o fazem por preços na base do cambio livre.

Sente-se que, em relação a êsse assunto, há uma onda de resignação e de insatisfação, proveniente dos demais setores de nossa economia. Sabe-se que a retirada do café do cambio oficial, significa a imediata desvalorização do cruzeiro, e que isso, por sua vez, significa profundas modificações em nossa vida economica, inclusive o desaparecimento de privilégios já estabelecidos. Assim, grande numero de importadores sente que a desvalorização do cruzeiro lhes significa a perda do privilégio de importar mercadorias a preços baixos, com um cruzeiro valorizado pelo cambio oficial de 18,72 mais taxas, a fim de vendê-las a preços altamente inflacionados, num mercado escasso dessas mercadorias; ou ainda significa-lhes a perda da possibilidade de fazer negócios lucrativos, pelo sistema de comercio de compensação.

As indústrias também sentem que a desvalorização lhes significa a certeza do encarecimento do preço da materia prima importada e a incerteza quanto a possibilidade de manter a mesma margem de lucro, uma vez que não sabem se a renda nacional real vai manter-se nas mesmas bases e de molde a lhes permitir a transferencia dessa elevação de preço para os consumidores.

Também o Governo receia a medida, porque reconhece que se não existir cambiais a taxa oficial, terá que providenciar elevação de impostos ou novas emissões, a fim de fazer face aos encargos que lhe competem no comercio internacional e que se referem ao pagamento dos atrasados, juros e amortizações dos empréstimos, com prioridade cambial, serviços governamentais, transferencia da renda dos investimentos com garantia de cambio a taxa oficial, além das importações próprias do seu serviço. Segundo a Conjuntura Economica de maio deste ano, os compromissos do Governo nesse sentido, abrangem 29 milhões de dolares por mes, ou seja, cerca de 40% do orçamento cambial.

E por último, o consumidor nacional, que não se classifica em nenhuma dessas classes, receia também que a medida resulte num encarecimento enorme do custo de vida.

A reação contra a pretensão dos agricultores é, portanto, muito acentuada, pois são muitos os interesses particulares que se sentem prejudicados. É por isso uma questão difícil de ser analisada, especialmente do ponto de vista do interesse nacional.

Que a atual política cambial constitui sob certos aspectos, uma injustiça para os cafeicultores, é fato que não pode ser refutado. São eles que sustentam o cambio oficial, pois são praticamente os únicos que exportam o produto nessa base. É devido a eles que se consegue importar materias primas e maquinas a baixo preço, e que o Governo consegue saldar os seus compromissos com menos dinheiro. Não se pode negar, pois, que é o café que subsidia parte das atividades economicas do país.

Se se tratasse de um país com uma organização racional e coerente, esse argumento não seria levado em maior conta, pois não haveria nada de extraordinario nesse subsidio. Seria até muito justo, pois é natural que os encargos de uma sociedade recaiam sobre os que possam pagar. Se o café é o unico produto que suporta tal encargo torna-se justo sobrecarregá-lo. É o que ocorre na Venezuela com o petróleo, no Chile com o cobre e o salitre. Muitos Estados do Brasil também tem nas exportações de algodão, ou de cana, a sua unica fonte de receita. Infelizmente porém, a situação, do Brasil não é de molde a permitir que se defenda essa forma de subsidio. O cambio oficial nem sempre tem sido usado de acordo com os interesses da coletividade. É grande o numero de firmas que tem se locupletado com a existência de dois cambios e com o sistema de controle quantitativo das importações, de modo que não se deve falar em mantê-lo, a fim de atender o interesse social, sem maiores cuidados.

É preciso ponderar, porém, que a questão de manter ou não a nossa atual política cambial não se prende somente ao desejo de se tratar com maior ou menor equidade os cafeicultores do país. Existo também o interesse de toda a economia do país, que se acha de uma forma ou outra entrelaçada com a medida.

Um dos argumentos em favor da manutenção do cambio oficial na base de 18,72 mais taxas, é a necessidade de se manter o preço do café em dólares. Receia-se que a mudança da taxa traga oportunidade para os americanos pagarem menos, em dólares, pelo café que adquirem, o que seria desvantajoso, pois viria diminuir nossa receita total nessa moeda.

A posição estatística do café é muito boa e o aumento de seu preço em cruzeiro, não deveria trazer em curto período de tempo qualquer modificação nessa posição. A rigor, não deveria portanto trazer modificação em seu preço em dólares. Não acreditamos que os importadores americanos decidam pagar menos pelo café, simplesmente porque os fazendeiros vão dispor de melhores preços. Se eles pudessem fazer isso, já o teriam feito, sem considerar o preço que os fazendeiros aqui recebem. Além disso, existe o interesse dos produtores de outros países que também suprem o mercado americano. O que pode ocorrer, porém, é que os produtores nacionais tenham pressa em vender o seu produto e que, com isso, promovam um abarrotamento temporario do mercado. O perigo está, pois, em nossa própria atitude e não na dos importadores ama-

ricanos.

Outro argumento apontado em favor de se manter o câmbio oficial na taxa de 18,72, é que ele permite o reaparelhamento da indústria a preços baixos e permite também ao Governo, cumprir suas obrigações no exterior sem haver necessidade de maior emissões ou impostos.

Não se pode negar a necessidade de um país, como o Brasil, subsidiar o seu desenvolvimento industrial. Todavia, há ocasiões em que esse subsídio se torna excessivo, com visíveis prejuízos para toda a economia. É isso o que ocorre, no momento. O direito de importar matérias primas e mercadorias a preço baixo no câmbio oficial e de poder vendê-las (ou produzir com elas artigos vendáveis) a preços elevados no mercado interno, tem proporcionado aos industriais e comerciantes, elevada margem de lucro. Margem essa que, juntamente com a que obtêm com outros fatores protecionistas, atrai capitais e demais recursos do país, em detrimento da agricultura. Sendo deficiente o volume de investimento na lavoura, esta acaba por se tornar ineficiente e, com isso, passa a dificultar o desenvolvimento econômico do país. Desse modo, o argumento de que, a taxa atual do câmbio é benéfica porque proporciona facilidades à indústria, deixa de ser válida, e pode, mesmo, ser usada como argumento de que deve ser mudada porque dá uma proteção excessiva a certos setores da economia, em detrimento de outros.

De outro lado, citam-se inúmeras desvantagens da manutenção do atual sistema de câmbio. Uma das principais é a de dificultar a exportação da maioria dos produtos agrícolas. No momento, apenas o café e o cacau suportam a exportação num câmbio oficial. Até o algodão, que é um produto de grande importância na economia rural do país, já se tornou gravoso e não poderá continuar a ser produzido se não for autorizada a venda de parte de suas cambiais no mercado livre. E mesmo assim haverá o perigo de que os agricultores não mantenham as produções do mesmo. A exemplo do que está ocorrendo com outros produtos, cujas produções não são estimuladas com a inclusão de parte de suas cambiais no mercado livre, o produtor de algodão poderá preferir deixar suas terras para pasto, do que ficar na expectativa da porcentagem com que o produto vai ser favorecido. Este argumento torna-se extremamente forte quando se considera que não há possibilidade prática de se operar uma mudança na situação, de modo a vir a ser possível exportar novamente esses artigos nessa taxa de câmbio. Não se pode esperar que os preços no mercado internacional subam (a tendência é, alias, para baixo) e também não há esperança para que ocorra uma diminuição profunda de custo de produção. Tal diminuição somente poderá se dar através de uma melhoria generalizada da técnica de produção (o que é praticamente impossível de ser obtida em poucos anos) ou então, através de uma diminuição geral dos preços de todos os fatores de produção, o que significa uma deflação profunda, e que, alias pelas suas consequências deve ser evitada.

Outras desvantagens do atual sistema é que ele não tem favore-

cido a entrada de capitais e tão pouco conseguido manter um clima de confiança, em relação ao seu funcionamento. O fato do controle quantitativo das importações estar subordinado a decisão do próprio quadro administrativo do organismo, e portanto, sujeita as imposições a que nem sempre pode fugir, tem trazido reclamações graves que comprometem o funcionamento de todo o sistema.

Ve-se, assim, que o funcionamento do atual sistema não tem sido satisfatório. Se deve ser modificado, ou se deve ser apenas bem administrado, como sugerem certos círculos, é difícil de se afirmar. O que esse artigo pretende é apenas criticar certas sugestões que tem sido apresentadas nesse sentido. Uma delas diz respeito a liberação total do câmbio, o que naturalmente ocorreria, caso o café fosse negociado pelo câmbio livre. O efeito desta medida seria o aumento imediato dos preços do café, atendendo assim aos interesses de muitos negociantes, de alguns proprietários que desejam vender suas lavouras, e de muitos fazendeiros que ainda não venderam a safra que estão colhendo. Não há dúvidas que ela viria também sanar a injustiça que se faz contra os cafeicultores e que acima nos referimos, pois a porção da renda nacional que cabe aos cafeicultores seria aumentada. Poderá também facilitar a exportação de algodão que se acha nas mãos do Governo, diminuindo o prejuízo de sua operação, e, ainda, poderá estimular o aumento da produção agrícola para o ano de 1953/54, pois os agricultores reagiriam a possibilidade de se exportar a melhores preços, algodão, arroz, amendoim, mamona e alguns outros produtos.

Todavia, os inconvenientes de uma tal desvalorização seriam muito grandes. Haveria um aumento sensível do meio circulante, pois o montante da exportação em moeda estrangeira passaria a ter seu valor em cruzeiro, muito maior. É verdade que para efetuar a importação, teria que ser encaminhado a Superintendência da Moeda e do Crédito, um montante equivalente em cruzeiros (admitindo-se um equilíbrio da balança). Acontece, porém, que os recebedores e os pagadores dessa quantia seriam grupos distintos. De modo que haveria uma transferência de poder aquisitivo. Os agricultores e demais grupos que exportariam os produtos agrícolas teriam a sua renda em cruzeiro aumentada. E os importadores comerciantes ou industriais, teriam-na diminuída enquanto não pudessem transferir o aumento de custo para os consumidores. Para algumas mercadorias que já estavam sendo parcialmente importadas pelo mercado livre ou negro, seria mais difícil transferir esse custo, pois os preços pelos quais são vendidos já refletem a taxa de câmbio do mercado livre, isto é, já estão sendo vendidos ao preço que os mercados permitem. Nesse caso, haveria uma diminuição de lucro para o importador, ao menos temporário. Quanto as matérias primas que se destinam a indústria é de se crer que os industriais possam transferir o acréscimo aos consumidores, vendendo-lhes artigos mais caros.

Conclusão parcial a se tirar seria, pois, que haveria uma diminuição da renda real do grosso da população consumidora. Faz exceção,

2

naturalmente, os produtores de artigos agrícolas exportáveis, pois estes teriam um aumento de renda em cruzeiro muito elevado de modo que gozariam de uma renda real mais elevada. Seriam esses os efeitos considerados num período curto de tempo. Num período mais longo de tempo, este acréscimo de renda dos agricultores seria transferido para os empregados uma vez que a nossa economia se acha em situação de pleno emprego.

A par dessa transferência de renda, haveria o aumento da inflação, num ritmo difícil de ser previsto. Diversos fatores concorreriam para isso. Um deles é o aumento dos preços das matérias primas, combustíveis e mercadorias em geral importadas. O aumento da receita dos agricultores é outro fator que agiria nesse sentido, não só devido ao seu volume, como também ao seu "poder multiplicador", pois sendo ela distribuída a um grande número de produtores, a sua propensão de poupança seria pequena. Outro fator ainda, seria a necessidade de emissão por parte do Governo, a fim de atender os seus compromissos no exterior, que são vultuosos conforme foi dito acima. (É verdade que este fator, poderia ser eliminado, pois os recursos poderiam ser levantados através de tributos que não trouxessem maior inflação). Além do mais, é preciso considerar que esses elementos viriam agir numa situação de pleno emprego e num ambiente psicológico extremamente favorável para a elevação de preços, como é o que existe atualmente em nosso país.

Outra sugestão que tem sido feita é a da desvalorização parcial. Desse modo evitar-se-iam muitos dos inconvenientes acima citados, uma vez que fosse adotado um programa coerente de crédito e orçamentário.

Uma das formas de se conseguir a desvalorização parcial seria através da adoção de taxas múltiplas. Isso, aliás, está previsto pela atual lei. Ainda não foi posta em prática na importação, e mesmo quanto a exportação o seu uso tem sido limitado. Através de taxas múltiplas poder-se-ia adotar uma desvalorização até atingir condições que permitissem retornar ao sistema de uma só taxa, em níveis coerentes com o nosso nível geral de preços. Esse sistema apresentaria ainda a vantagem de eliminar o caráter pessoal do atual controle quantitativo das exportações, pois, obrigando-se a aquisição de porcentagens variáveis de câmbio no mercado livre pode-se fazer com que as taxas das diferentes classes de artigos atinjam níveis que controlem automaticamente a procura de novas importações. Outra vantagem a se mencionar é que o acréscimo da taxa viria eliminar a possibilidade do comerciante obter lucros exagerados com a importação de mercadorias, como ocorre atualmente com as importações a taxa oficial. O acréscimo de serviço que a sua aplicação exigiria do organismo controlador a fim de organizar os diferentes orçamentos cambiais, é um fator que dificulta sua aplicação.